



ANÁLISE MENSAL

MARÇO

2022



**política
por inteiro**

FOTO: MÍDIA NINJA

BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES
PARA A POLÍTICA
CLIMÁTICA E DE MEIO
AMBIENTE NO BRASIL



Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

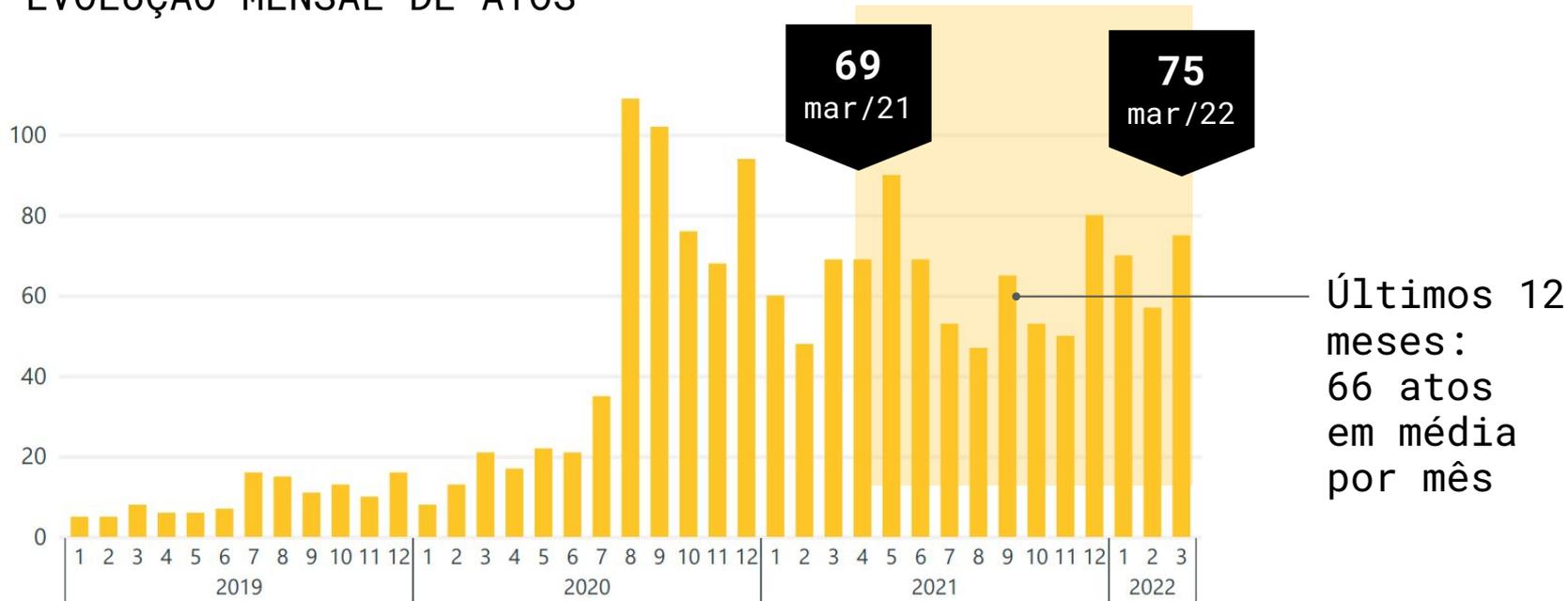
PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

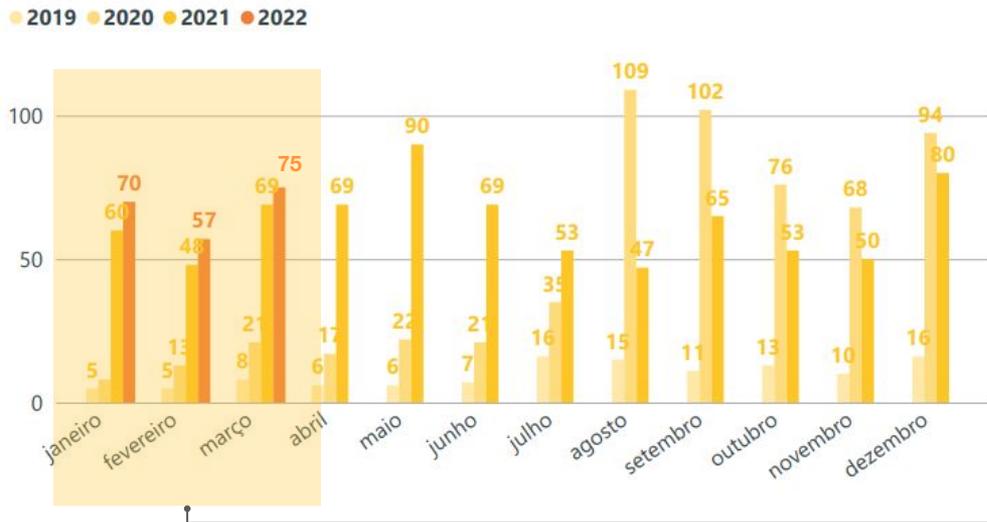
Em março, o Monitor de Atos Públicos captou **75 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no Diário Oficial da União.

EVOLUÇÃO MENSAL DE ATOS



Tendência de alta

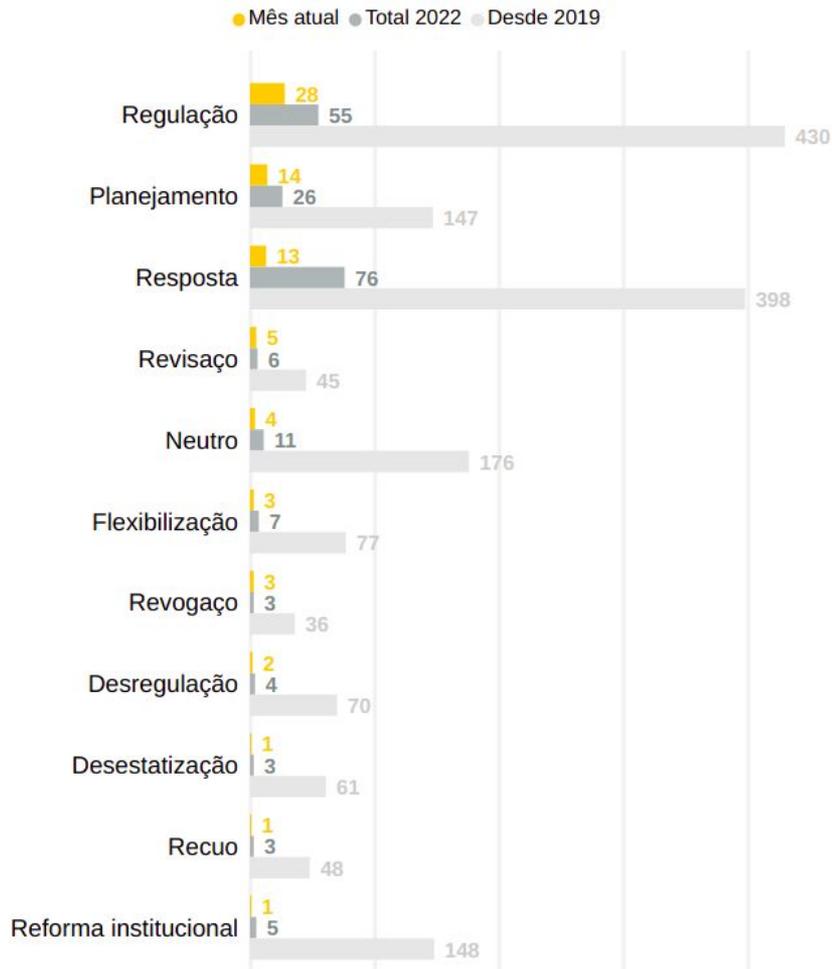
Os três primeiros meses de 2022 tiveram o maior número de atos para o respectivo mês desde 2019. Essa aceleração pode ser consequência do ano eleitoral.



Recordes de atos para o mês em janeiro (70), fevereiro (57) e março (75)

ATOS DE MARÇO POR CLASSE

- Pela primeira vez no ano, a classe Resposta não ocupou o topo da lista. Houve uma queda significativa nesse tipo de ato, consequência do menor número de reconhecimento de emergência por desastre nos municípios.
- Houve mais atos de Regulação e, principalmente, de Planejamento – sinalizando a organização de novas políticas (planos, programas, projetos et.)



Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Regulação** : Consultas públicas da Política Nacional de Carbono na Agropecuária; Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios; Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.
- **Resposta** : Reconhecimento das situações de emergência; Prorrogação da FNSP; Prorrogação da Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União em Defesa da Amazônia.

Planejamento: Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - RegularizAgro; Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (CENABC); Comitê de Especialistas Rede Oceano sem Plástico do MCTI; Grupo de Trabalho das Ações de Cooperação do MCTI e OCDE.

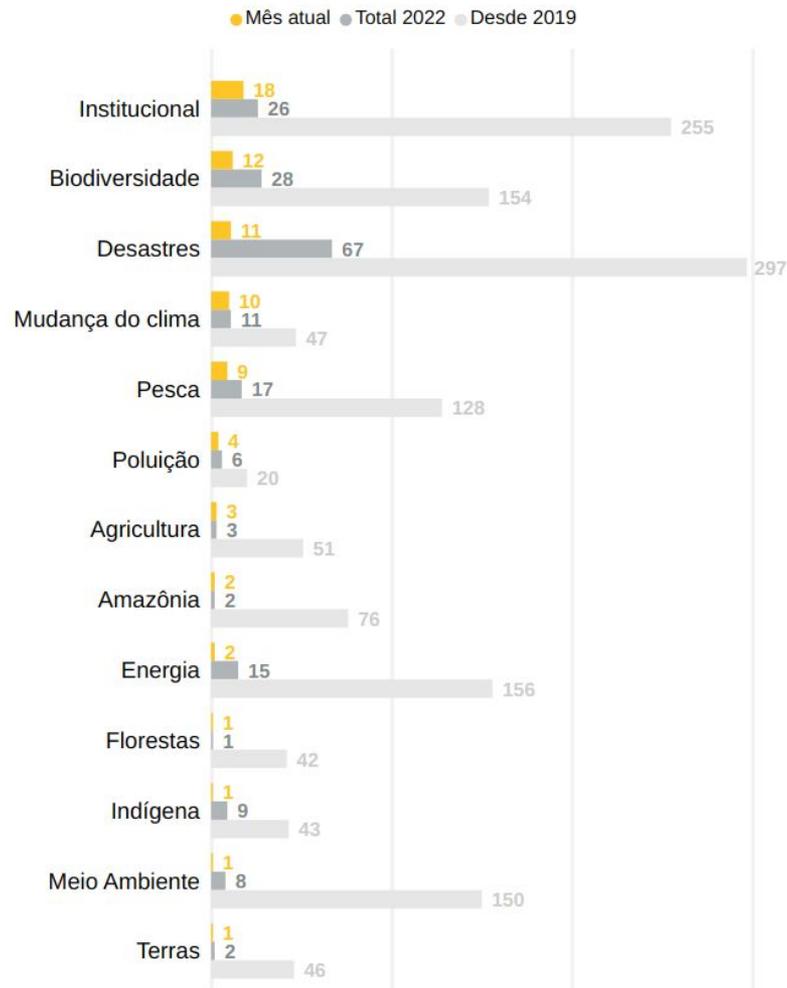
- **Desregulação:** Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos.
- **Flexibilização:** Pesca de arrasto motorizado de camarão no RS; Pesca de arrasto de praia no Mar Territorial no Estado de Santa Catarina
- **Recuo:** Composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

MAR
2022

	Ano 2019		2020												2021												2022			Total				
	Mês	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total anual	1		2	3	Total anual	
Desastres		1									2	9	10	10	18	49	12	10	18	16	21	14	14	16	9	17	16	17	180	29	27	11	67	297
Institucional	1	7	1		1				1	4	18	17	23	24	89	8	13	11	16	25	8	11	8	15	4	9	5	133	2	6	18	26	255	
Energia		2				3	4	2	6	5	17	5	5	13	60	7	3	4	4	13	10	6	8	9	2	3	10	79	10	3	2	15	156	
Biodiversidade		4	1		2	2		3	15	1	8	10	7	49	3	3	5	8	12	6	2	1	11	7	4	11	73	11	5	12	28	154		
Meio Ambiente	7	40	5	3	6		5	6	6	17	17	7	3	6	81	2	1	3	3	4	1		2		1	1	3	21	5	2	1	8	150	
Pesca	3	27	3	1	9	5	2	3		3	2	1	4	8	41	5			3	4	8	6	3	4	3	2	5	43	5	3	9	17	128	
Amazônia		4	2	2	3	4	5	3	4	1	8	6	2	40	6	2	3	6		3	5		3	1	1		30			2	2	76		
Agricultura		2	1	1		2		2	4	4		1		15	3	5	4	3		2		1	1	5	3	4	31			3	3	51		
Marinho		3	2						26	1	3	2	2	36	1	1	2	1	1	2			2				10	1			1	50		
Mudança do clima		2		1				3		2	2	2	1	11	1		2	3			2		3	2	5	5	23	1		10	11	47		
Terras	3	5	1	1	1			1	1	1	5		3	14	1	3	5	1	2	3	2		1	3	2	2	25	1		1	2	46		
Mineração	1	5				3	2	3	4		1	3	3	16	4	1	4	1	3	3		1				3	20	1	3		4	45		
Indígena		2			1						3	1	1	6	1	2	1	3	4	2	2		2	3	2	4	26	3	5	1	9	43		
Florestas	1	14	1			2	1	3	6	1	1	1	1	16	1		1			1		1	2	1	4		11			1	1	42		
Águas								3	3	7	1	1	1	15			5			3	1	2	1	2	1	1	15					30		
Ciência								11	9	2		2	2	24		1							2			1	4	1	1		2	30		
Poluição											3	1	1	4					1			2	1	1	1	4	10	2		4	6	20		
Transporte				1			1		1	3	1	1	1	8	2	1	1	1	1			1	1	1			8					16		
Antártica								4						4	1					2				1			4					8		
Turismo						1				2				3	2	2											4					7		
Cidades					1			2			1	1	1	5																		5		
Quilombolas																				2				1			3				3	3		
Total mensal	16	118	8	13	21	17	22	21	35	109	102	76	68	94	586	60	48	69	69	90	69	53	47	65	53	50	80	753	70	57	75	202	1,659	

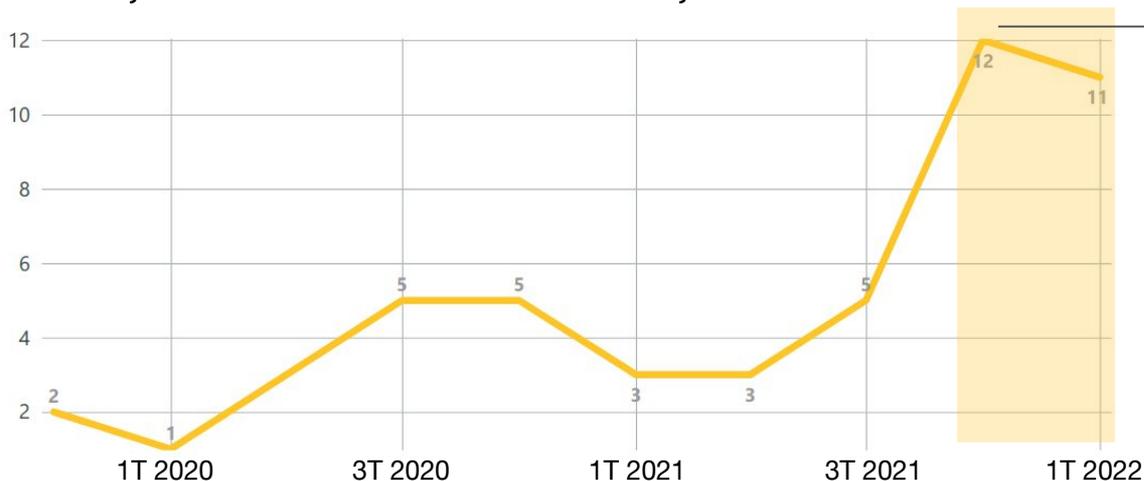
ATOS DE MARÇO POR TEMA



Tendência de alta

- Com 10 atos, o tema Mudança do Clima registrou recorde mensal;
- Houve maior movimentação no tema nos nos dois últimos trimestres, relacionados aos compromissos anunciados na COP26.

EVOLUÇÃO TRIMESTRAL • MUDANÇA DO CLIMA

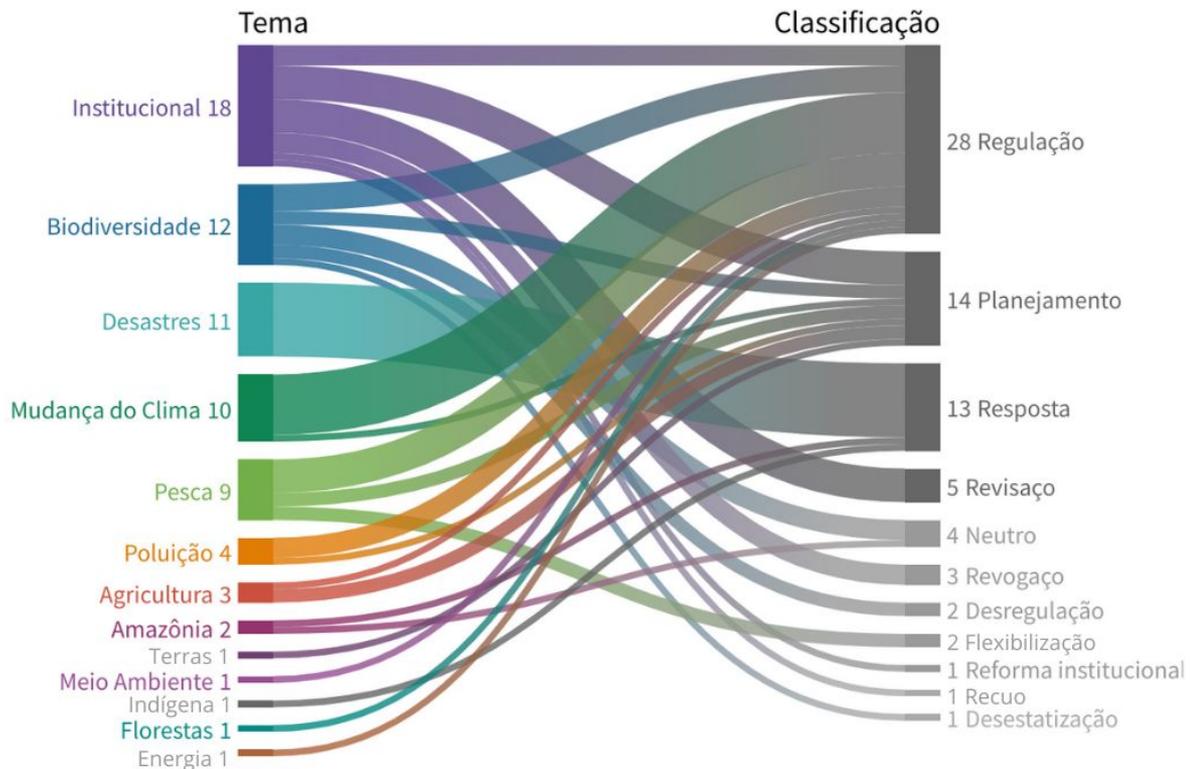


A COP26 ocorreu em novembro/2022, meio do último trimestre de 2021

Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

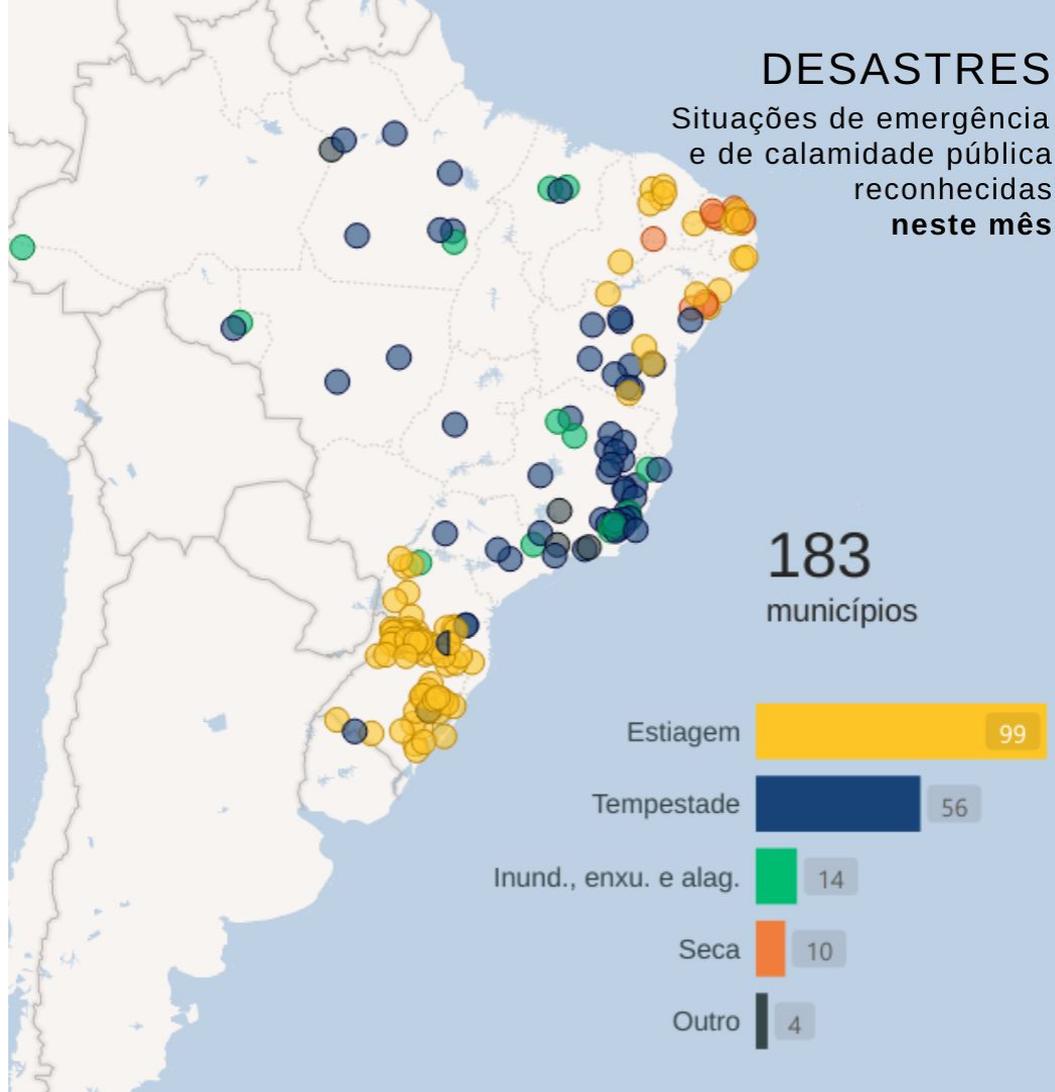
- Institucional (18):** Revisão dos estoques normativos do MMA, MAPA e ANA;
- Biodiversidade (12):** Normas referentes às Unidades de Conservação/ICMBio
- Desastres (11):** Reconhecimento das declarações de emergência por eventos meteorológicos e climáticos.



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

Os 11 atos de reconhecimento de Desastres somaram 183 municípios em situações de emergência e calamidade pública. Os eventos mais reportados são: Estiagem e Tempestade, respectivamente.

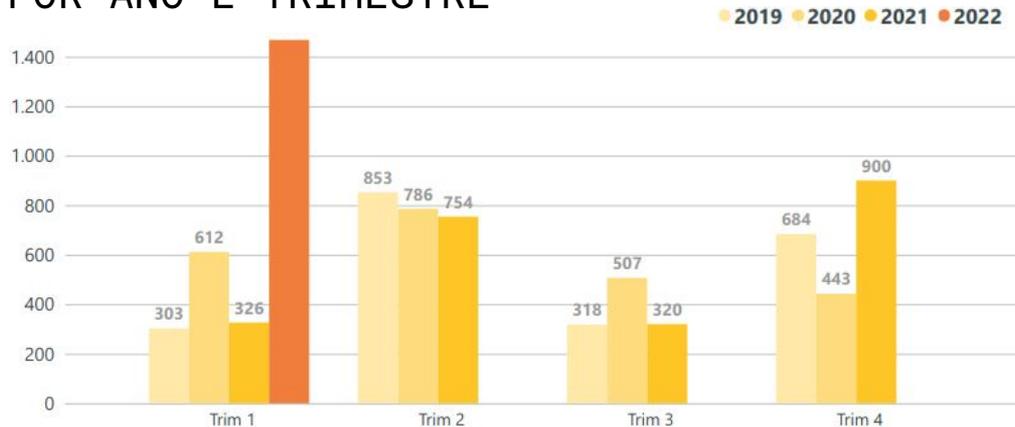


PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

Mesmo com número de reconhecimentos de situação de emergência em março bem inferior a fevereiro e janeiro, o primeiro trimestre de 2022 se encerra com recorde de publicações do tipo no DOU desde 2019, início deste levantamento. Todos os dados estão disponíveis no [Monitor de Desastres](#).

RECONHECIMENTOS DE EMERGÊNCIA POR ANO E TRIMESTRE



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mudança do Clima

PORTARIA Nº 254, DE 10 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 255, DE 10 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 256, DE 10 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 257, DE 10 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 258, DE 10 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA Nº 260, DE 14 DE MARÇO DE 2022

Regulação

Normas referentes às Consultas Públicas de propostas de atos normativos para estabelecimento de critérios relacionados a carbono verde na agropecuária (critérios gerais, produtos de origem animal, produtos de origem vegetal, processamento de produtos agropecuários).

As Consultas Públicas trazem como fundamento diretrizes da Política Nacional de Carbono na Agropecuária e do Plano Nacional de Carbono Verde na Agropecuária. Contudo, nenhum dos dois documentos foram publicados no DOU, não tendo sido encontrado também em bases públicas de informações do Governo Federal.

A PORTARIA Nº 259, DE 10 DE MARÇO DE 2022 foi revogada na semana seguinte da sua publicação, tendo sido reduzidos na nova norma (Portaria 260/2022) os requisitos mínimos para qualificação da captura e estocagem de carbono (de 9 para somente 4).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Mudança do Clima

PORTARIA MMA Nº 71, DE 21 DE MARÇO DE 2022

DECRETO Nº 11.003, DE 21 DE MARÇO DE 2022

Regulação

Instituem a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano e o Programa Nacional de Redução de Emissões de Metano – Metano Zero.

As normas possuem poucos dispositivos e ainda menos clareza quanto a compromissos e metas.

Tratam-se de programas gerais, que afirmam visar a contribuir com os compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Pacto de Glasgow e no Acordo Global de Metano, bem como incentivar programas e ações para reduzir as emissões de metano, dentre outros objetivos.

Tanto a Estratégia quanto o Programa dependem de normas a serem editadas para a sua pormenorização.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Biodiversidade

RESOLUÇÃO CONABIO Nº 8, DE 8 DE DEZEMBRO
DE 2021

REGULAÇÃO

A CONABIO concluiu pela não objeção intersetorial colegiada quanto à proposta de Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Poucos dias após a publicação da norma, a lista de fauna disponibilizada no site da comissão foi alterada, de um documento com 1.405 espécies para outro com 1.399. Seis tubarões que estavam marcados em negrito na primeira publicação desapareceram da segunda.

Dentre tais espécies, a *Isurus oxyrinchus*, cuja exportação foi regulamentada em fevereiro, conforme reportado em nosso [boletim semanal](#).

Não consta no site da CONABIO qualquer informação sobre a tomada de decisão quanto à lista, tampouco agenda futura das reuniões.

Saiba mais no [Blog da Política Por Inteiro](#) e acesse os documentos publicados.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Biodiversidade

PORTARIA NORMATIVA Nº 14, DE 18 DE MARÇO DE 2022

DESREGULAÇÃO

Anula, acatando decisão judicial, a Portaria IBAMA nº 39, de 16 de maio de 2006, que definiu os limites da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e que, por decisão judicial, estava suspensa há mais de dez anos.

No [Blog da Política Por Inteiro](#), explicamos os embates que duram mais de 15 anos sobre o estabelecimento desta área em torno de uma das regiões mais biodiversas do mar brasileiro.

Terras

DECRETO Nº 11.015, DE 29 DE MARÇO DE 2022

PLANEJAMENTO

Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - RegularizAgro e o seu Comitê Gestor, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O MAPA, com fundamento no resultado dos trabalhos do Comitê Gestor e das Câmaras Técnicas, terá prazo de 180 dias, contado da data da designação dos membros do Comitê Gestor, para apresentar as estratégias, as metas, os indicadores de monitoramento e os prazos do RegularizAgro.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Pesca

PORTARIA SAP/MAPA Nº 617, DE 8 DE MARÇO DE 2022

PORTARIA SAP/MAPA Nº 634, DE 21 DE MARÇO DE 2022

FLEXIBILIZAÇÃO

Estabelece as medidas de ordenamento, registro e monitoramento da pesca de arrasto de praia no Mar Territorial em Santa Catarina, bem como as regras adicionais para a pesca sustentável de arrasto motorizado de camarão na faixa marítima da zona costeira adjacente ao Rio Grande do Sul. Dentre as espécies listadas na norma relativa a SC como “Fauna acompanhante previsível” estão tubarões

que sumiram da lista de espécies ameaçadas que passou pela CONABIO (*episódio explicado em norma de Biodiversidade, mais acima*). Este ato provocará maior captura de fauna acompanhante e, assim, uma degradação da vida marinha de forma mais predatória.

Quanto ao RS, a questão já está no STF por conta de uma legislação estadual que proíbe a pesca de arrasto. Atualmente, há uma liminar concedida pelo ministro Nunes Marques para manter a atividade liberada na região, conforme já **comentamos**. A norma publicada em março provocou mais **reação** na Assembleia Legislativa gaúcha, envolvendo Ministério Público Federal, para se buscar sua revogação.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Agricultura

DECRETO Nº 10.991, DE 11 DE MARÇO DE 2022

REGULAÇÃO

Institui o Plano Nacional de Fertilizantes - PNF 2022-2050, com diretrizes e objetivos estratégicos, que vigorará por 28 anos e será estruturado em ciclos de implementação de quatro, com exceção do primeiro ciclo, que terá duração até 31 de dezembro de 2023.

O PNF foi elaborado por grupo de trabalho do Mapa instituído em 2021 e recebeu grande atenção do governo com guerra na Ucrânia em virtude da dependência dos fertilizantes russos.

As metas específicas e as ações do PNF 2022-2050 serão detalhadas pelo Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (Confert), instituído pelo mesmo decreto e vinculado à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Amazônia

PORTARIA ME Nº 2.287, DE 14 DE MARÇO DE 2022

NEUTRO

Autoriza a divulgação das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação voltados a negócios na área de bioeconomia, por meio do gerenciamento, operação e manutenção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. A norma visa a dar autonomia jurídica ao CBA, que deverá passar a ser gerido por entidades privadas sem fins lucrativos.

O governo espera que, ao passar a **gestão à iniciativa privada**, o CBA consiga mais autonomia e se torne um **centro de bionegócios para a região**. A instituição sofreu historicamente com o conflito de competências e dificuldades de gestão por parte da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Institucional

PORTARIA MMA Nº 80, DE 28 DE MARÇO DE 2022

REVISÃO

Inclui os atos normativos constantes no Anexo I da Portaria no Anexo da Portaria MMA nº 457, de 19 de outubro de 2021. Também exclui alguns atos normativos do Anexo II da Portaria MMA 457/2021 (listagem dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes).

A POLÍTICA POR INTEIRO reportou no [Twitter](#), à época da publicação da Portaria MMA 457/2021, a falta, na listagem original, da [Instrução Normativa \(IN\) MMA 03/2008](#) sobre suspensão de anuências e autorizações

para novos empreendimentos ou atividades de carcinicultura em Unidades de Conservação Federais e suas zonas de amortecimento. Na norma publicada neste mês, a IN MMA 03/2008 foi reinserida no rol daquelas vigentes. Normas deste governo também foram reinseridas, como a IN Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio 01/2021, sobre o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Institucional

DECRETO Nº 11.018, DE 30 DE MARÇO DE 2022

RECUO

Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), estabelecendo (i) aumento nas representações estaduais (de 1 para cada região geográfica para 9 indicados pelos Estados - mínimo 1 e máximo de 2 para cada região); (ii) aumento nas representações ambientalistas (de 4 para 8); (iii) diminuição da representação de entidades empresariais (de 2 para 1); e (iv) inserção do ICMBio e da ANA. As comparações foram

realizadas em relação ao Decreto 9.806/2019, que reestruturou o CONAMA e está suspenso por conta de decisão proferida na ADPF 623 no STF.

Não houve revogação do Decreto cujo questionamento no Supremo mantém as atividades do Conselho paralisadas.

Provável que haja alguma movimentação do conselho sob essa nova composição.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Energia

PORTARIA Nº 634/GM/MME, DE 28 DE MARÇO
DE 2022

FLEXIBILIZAÇÃO

Abre consulta pública para formulação do edital para projetos de Execução de Poço Transparente (fracking). As sugestões devem ser enviadas no prazo de 30 dias [nesta página](#).

O Ministério de Minas e Energia se movimenta para promover a exploração de recursos não convencionais, por meio da técnica conhecida como fracking ou fraturamento hidráulico, com grandes impactos ambientais.

EDITAL PARA QUALIFICAÇÃO DE PROJETOS PARA EXECUÇÃO DE POÇO TRANSPARENTE





PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Artistas e ex-ministros à porta de Pacheco

O Senado onde tem se depositado as esperanças para frear projetos de lei com retrocessos significativos à pauta ambiental. No dia 9 de março, artistas liderados por Caetano Veloso e Paula Lavigne foram recebidos pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, e posteriormente promoveram o Ato pela Terra diante do Congresso Nacional. A mobilização foi contra o chamado “Pacote da Destruição” (PL 2.159/2021: licenciamento ambiental; PL 2.633/2020 e PL 510/2021: regularização fundiária/grilagem; PL 490/2007: marco temporal para terras indígenas; PL 191/2020: mineração em terras indígenas; e PL 6.299/2002: agrotóxicos).

Pacheco afirmou que os seis projetos não passarão pelo Senado sem a “**apreciação e tramitação devida no âmbito das comissões permanentes e temáticas da Casa**”.

Ele também **recebeu** ex-ministros de Meio Ambiente de governos anteriores e afirmou que a Presidência do Senado tem o compromisso de permitir o exaurimento da discussão dos PLs do Pacote da Destruição no âmbito do Senado, por meio das audiências públicas e sessões de debate temáticos, com uma participação muito ativa das comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Casa.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Terras Indígenas em perigo

No mesmo dia do Ato pela Terra, o Plenário da Câmara aprovou o requerimento de urgência do deputado Ricardo Barros para o PL 191/2020, que dispõe sobre a mineração e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas. A matéria foi impulsionada pelo discurso de que o Brasil corre risco de desabastecimento de fertilizantes sem as importações vindas da Rússia por causa da Guerra na Ucrânia. Porém, [estudo da Universidade Federal de Minas Gerais \(UFMG\)](#) já mostrou que as reservas nacionais de potássio são suficientes para suprir a demanda para além de 2100, sendo que 2/3 delas estão fora da Amazônia Legal.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura emitiu a nota [“Mineração em terras indígenas não resolve problema dos fertilizantes”](#). A mineração em terras indígenas também foi alvo de críticas do próprio [setor de mineração](#), de [outros empresários](#) e da [Comissão Nacional de Direitos Humanos \(CNDH\)](#).

Um grupo de trabalho com 20 deputados (13 do governo e 7 da oposição) analisa o PL 191, até a primeira quinzena de abril, quando a proposta deverá ir a Plenário. A deputada indígena [Joenia Wapichana](#) pôde fazer parte do grupo graças à [vaga cedida](#) pelo deputado Rodrigo Agostinho.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Carbono: movimentou, mas (ainda) não saiu

O governo busca um consenso para as propostas sobre a regulamentação do mercado de carbono – tema em tramitação na Câmara, com propostas aglutinadas no **PL 2148/2015** (incluindo o PL 528/2021, de Marcelo Ramos), que está em regime de urgência e pronto para o Plenário. Na primeira reunião do **Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC)** sob a coordenação de Marco Antônio Fujihara, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, afirmou que está sendo articulada com o Congresso Nacional a viabilização do mercado de carbono.

Há informações de que o governo elaborou um **substitutivo**, mas que desagradou diferentes atores. Há um esforço para que a matéria seja **aprovada no primeiro semestre**.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Combustíveis em alta

A escalada dos preços dos combustíveis, elevando a pressão inflacionária, fez a Câmara e o Senado aprovarem no mesmo dia o **PLP 11/2020**, que estipula a cobrança única do ICMS sobre combustíveis, apesar da oposição dos governadores.

O Senado também aprovou o **PL 1472/2021**, que cria um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis. A proposta está agora em análise nas comissões da Câmara dos Deputados. Além das regras para conter os preços, ela estabelece um auxílio de até R\$ 300 mensais para motoristas autônomos de baixa renda.

Prioridades em suspenso

Tanto os PLs relacionados à regularização fundiária (PLs **2633/2020** e **510/2021**) quanto o de licenciamento ambiental (**PL 2159/2021**), colocados na Agenda Prioritária do Governo Federal em 2021 e também elencados no Pacote da Destruição, não caminharam no Senado em março

NOVAS PROPOSIÇÕES

Projetos de lei*

Tema	Proposta(s)
Obrigar à ampla divulgação, pelos municípios que as possuam, de mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.	Projeto de Lei (PL) 485/2022 - Autoria da deputada Joice Hasselmann (UNIÃO/SP)
Regulamentar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)	Projeto de Lei (PL) 412, de 2022 - Autoria do senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE)
Criar condições especiais ao exercício de atividade minerária em caso de interesse à soberania nacional	Projeto de Lei (PL) 571/2022 – Autoria do deputado José Medeiros (PODE/MT)

**Destacamos os Projetos de Lei mais relevantes entre os apresentados no mês*

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

JUDICIÁRIO

Pauta verde histórica

Em movimentação histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) colocou na pauta de julgamento sete ações de grande repercussão socioambiental e climática: ADPF 760, ADPF 735, ADPF 651, ADO 54, ADO 59, ADI 6148 e ADI 6808.

A “pauta verde” foi anunciada depois que os artistas do Ato pela Terra foram recebidos pelas ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia, relatoras dos processos pautados. Posteriormente, ex-ministros de Meio Ambiente também foram ao STF.

O julgamento da pauta verde foi iniciado em 30 de março, com a análise conjunta das ADPF 760 e ADO 54, pela similaridade temática: desmatamento e Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Após dois dias de sessões, a leitura do voto da ministra relatora Cármen Lúcia foi interrompida e será retomada em 6 de abril. Em sua **fundamentação**, Cármen Lúcia fez uma histórica defesa do direito ambiental brasileiro e constitucional. Ela falou sobre os perigos do que chamou de “cupinização” (corroer de dentro da fora) da Administração Federal e das políticas públicas. E, ao citar a “savanização da Amazônia”, falou de “savanização da democracia”.

[Acesse a Nota Técnica STF e a oportunidade de se fazer justiça climática](#)

JUDICIÁRIO

Incentivos ao carvão

Protocolada ação judicial (**ADI 7095**) questionando dispositivos da Lei Federal 14.299/2022, que instituiu a subvenção econômica às concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte e criou o Programa de Transição Energética Justa (TEJ) “com vistas a promover uma transição energética justa para a região carbonífera do Estado de Santa Catarina”. O processo está sob relatoria do ministro Gilmar Mendes e, por ora, não teve grandes movimentações.

CONJUNTURA

OS PRINCIPAIS FATOS E AS
POLÍTICAS EM CURSO



FOTO: UK in Brazil

CRISES / RETROCESSOS / POLÊMICAS

Guerra na Ucrânia: urgência e emergência

A Guerra na Ucrânia se prolonga e é urgente que se negocie e pressione o fim da catástrofe humanitária. Os esforços imediatos são compreensivelmente voltados a pressionar a Rússia a cessar os ataques.

Porém, sob uma perspectiva mais alongada, o mundo – principalmente, a Europa – está diante da oportunidade de acelerar a transição para uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis, uma vez que a guerra expõe a dependência de petróleo e gás russos. O país é, ao lado de EUA e Arábia Saudita, um dos três maiores produtores globais.

Mas a alta das cotações estimula também a produção – ainda há quem veja oportunidade para expansão desse mercado.

Nos Estados Unidos, para conter a inflação, o presidente Joe Biden anunciou uma **inédita liberação de 1 milhão de barris por dia** da Reserva Estratégica de Petróleo, por 6 meses. O volume representa 1% da demanda global. **Biden incentivou também a produção, com perfurações.** Por outro lado, estimulou a produção de veículos elétricos e baterias.

O presidente americano evita relacionar a Guerra na Ucrânia e a emergência climática. Suas preocupações se voltam a conter os preços com vistas às eleições legislativas de novembro.

CRISES / RETROCESSOS / POLÊMICAS

Plano Nacional de Fertilizantes

O debate sobre os reflexos da guerra na Ucrânia e o fornecimento de fertilizantes para

Medalha do mérito indigenista

A **Medalha do Mérito Indigenista foi concedida** a um rol de colaboradores indicados, dentre eles a alta cúpula do Governo Federal, incluindo o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da FUNAI, Marcelo Xavier.

No dia seguinte à publicação da concessão no *Diário Oficial da União*, Sidney Possuelo, um dos maiores sertanistas e indigenistas do país, ex-presidente da FUNAI, **devolveu a mesma medalha** que recebera há 35 anos. Para ele, a honraria “perdeu a razão de ser”.

Taciana Stec, da Política por Inteiro, **destacou** as atuais violações aos direitos dos povos indígenas, em entrevista: invasões às terras, desnutrição das crianças ianomâmi, vulnerabilidade dos povos de recente contato e o desmonte da FUNAI.

POLÊMICAS

Medalha do mérito indigenista

A **Medalha do Mérito Indigenista** foi **concedida** a um rol de colaboradores indicados, dentre eles a alta cúpula do Governo Federal, incluindo o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da FUNAI, Marcelo Xavier.

No dia seguinte à publicação da concessão no *Diário Oficial da União*, Sidney Possuelo, um dos maiores sertanistas e indigenistas do país, ex-presidente da FUNAI, **devolveu a mesma medalha** que recebera há 35 anos. Para ele, a honraria “perdeu a razão de ser”.

Taciana Stec, da Política por Inteiro, **destacou** as atuais violações aos direitos dos povos indígenas, em entrevista: invasões às terras, desnutrição das crianças ianomâmi, vulnerabilidade dos povos de recente contato e o desmonte da FUNAI.

Fracking

De acordo com estabelecido pela **Resolução CNPE 28/2021**, o Ministério de Minas e Energia (MME) elaborou e abriu para **consulta pública** para o **Edital de Qualificação de Projetos** de “poço transparente” (*fraturamento hidráulico/fracking*). As contribuições ao Edital podem ser enviadas até 30 de abril.

O MME tem focado em expandir a exploração de recursos não convencionais por meio de *fracking*, de grande impacto ambiental. Em fevereiro, houve visita de servidores à principal área de aplicação da técnica na Argentina.

ALERTAS

Biodiversidade - BBNJ

A 4ª Sessão da Conferência Intergovernamental (IGC) sobre Biodiversidade Marinha Além das Jurisdições Nacionais (BBNJ), programada para março de 2020 e atrasada pela pandemia, finalmente ocorreu. Seria a última sessão, mas os delegados solicitaram a convocação de mais uma para agosto.

Apesar das infinitas prorrogações, foi elogiada como a “**mais produtiva do processo IGC**”. Apontou-se o “progresso sem precedentes” nas discussões sobre os quatro elementos do pacote de 2011: recursos genéticos marinhos; ferramentas de gestão baseada em áreas; avaliações de impacto ambiental; e capacitação e transferência de tecnologia marinha.

Biodiversidade - COP15

As **Conferências de Genebra** se encerraram com muitas pendências para a COP 15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que deverá ocorrer em Kunming, na China, ainda neste ano. Será necessária nova reunião (21 a 26 de junho, em Nairóbi, no Quênia) para as negociações do novo quadro global para a biodiversidade pós-2020 (GBF). Além disso, todas as resoluções sobre biodiversidade marinha e costeira foram suspensas por falta de tempo.

A delegação brasileira bloqueou negociações. No entanto, ao final, acabou se saindo bem quando liderou uma proposta de criação de um novo fundo global para a biodiversidade, repetindo a estratégia do atual governo de pedir mais recursos para ações obrigatórias de conservação da biodiversidade.

ALERTAS

Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima

A **ata da primeira reunião** do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde (CIMV) foi divulgada no último dia de março. O encontro do órgão, criado em outubro de 2021, ocorrerá em 23 de fevereiro. Alguns pontos a destacar:

- Aprovação da atualização da NDC;
- Criação de três grupos técnicos temporários acerca de: NDC (coordenado pelo MMA); Art. 6º do Acordo de Paris (coordenado pelo ME); e Programa Nacional de Crescimento Verde (coordenado pelo MMA);

- Nova apreciação da minuta do PL da PNMC, consolidada após consulta pública.

Em Suspenso

A Lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) segue sem regulamentação/implementação.

NO RADAR - BRASIL

Floresta+

O Floresta+Amazônia **abriu chamada pública** para pequenos produtores, proprietários e possuidores de imóveis rurais dos nove estados da Amazônia Legal. Os selecionados receberão incentivos financeiros pela conservação da vegetação nativa, após a verificação e cumprimento dos critérios de seleção. Ainda, segundo site do projeto, também estão abertas seletivas para (i) **instituição especialista em inovação**; (ii) **especialista em gênero**; (iii) **consultoria para capacitações**; e (iv) **escolhe de projetos locais**.

Adote um Parque

O Programa Adote um Parque fez um ano. Entre discursos e poucas novidades abertas aos cidadãos, o programa, que esteve constantemente na pauta do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, perdeu espaço com Joaquim Leite. Confira no **Blog da Política Por Inteiro** material exclusivo sobre o tema com a análise dos processos e demais informações obtidas, bem como os materiais que já publicamos sobre o tema.

Mudança do Clima

O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) se reuniu pela primeira vez sob a coordenação de Marco Antônio Fujihara, como já citado na seção sobre o Legislativo. Foram duas reuniões, com uma pauta aberta, em que os presentes foram divididos em grupos para discutir quais temas seriam mais relevantes para a atuação do órgão. No segundo dia, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, participou, assim como o secretário de Clima e Relações Internacionais do MMA, Marcus Paranaguá, e seu secretário-adjunto, Marcelo Freire. À véspera do anúncio do programa Metano Zero, Leite reforçou as temáticas relacionadas a metano e ao mercado de carbono, mas sem grandes novidades.

Afirmou que “estão desenhando” um consenso no Congresso Nacional quanto ao Projeto de Lei sobre carbono (PL 2148/2015 e seus apensados, incluindo o PL 528/2021).

Antes da aparição do ministro, participantes do FBMC criticaram a falta de consulta à sociedade civil na atualização da NDC brasileira, depositada em março à UNFCCC (não divulgada até o fechamento desta análise).

As duas reuniões do FMBC estão disponíveis no YouTube em: <https://youtu.be/vv7YO5HaCo4> e <https://youtu.be/C6YHodAanos>.

NO RADAR - INTERNACIONAL

OCDE

Os secretários da [Amazônia e Serviços Ambientais](#) e de [Clima e Relações Internacionais](#) do Ministério do Meio Ambiente viajaram a Paris para participar da Reunião Ministerial do Comitê de Política Ambiental da OCDE.

Paulo Guedes, às vésperas da viagem à Paris para acompanhar reuniões da OCDE e em encontro com empresários, [afirmou](#) que faltam 70 compromissos a serem cumpridos pelo país para “entrar na OCDE”. Afirmou que "O Brasil não é o cara que polui o mundo. É um pequeno transgressor, um pequeno poluidor". Ainda, disse: "De vez em quando tem uma floresta que queima aqui e ali"

A Transparência Internacional Brasil [enviou](#) ao Grupo de Trabalho Antissuborno da OCDE relatório no qual traz detalhamento dos “*principais retrocessos nos marcos legais e institucionais anticorrupção do país em 2021 e recomendações para a reversão desse cenário*”.

Foi publicada a [Portaria MCTI nº 5.735, de 30 de março de 2022](#), que dispõe sobre as ações de cooperação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações junto à OCDE.

O Brasil busca a sua acessão à OCDE desde 2017, sendo que uma primeira sinalização para o início formal desse processo foi dada no início deste ano, quando foi [aprovado](#) o início das negociações para o ingresso do país.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Alok Sharma no Brasil

O presidente da COP26 **veio ao Brasil** ao fim de março para o lançamento da Aliança Financeira de Glasgow para Zero Emissões Líquidas (GFANZ), que reúne instituições financeiras comprometidas com a transição para um economia neutra. **Sharma passou por São Paulo e Brasília**. Ele se encontrou com o ministro Joaquim Leite.

Sharma afirmou que o financiamento privado é ingrediente chave para que os países implementem ações para o cumprimento de suas metas climáticas.

IPCC - Grupo III

Já na primeira semana de abril, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) lançou o [relatório do Grupo III](#), acerca de mitigação. É a última parte de seu 6º Relatório de Avaliação, cuja consolidação será apresentada no segundo semestre.

O recado dos cientistas é claro: é agora ou nunca! As ações para para limitar o aquecimento do planeta a 1,5°C devem ser tomadas imediatamente, para que o pico de emissões de gases do efeito estufa ocorra até 2025, e ocorra redução de 43% até 2030.

AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA SUAS
POLÍTICAS AMBIENTAIS

1

5

3

AMAZO

ACRE

RONDÔNIA



PL 1569/2022

RO

LEG

PESCA

"Dispõe sobre a proibição da pesca profissional na bacia hidrográfica do Rio Guaporé, e estabelece diretrizes da Política Estadual de Ordenamento do Setor Pesqueiro".

DECRETO 1.313/2022

MT

EXEC

FLORESTA

Regulamenta a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

COOP. TEC. 4/2022

MT

EXEC

BIODIVERSIDADE

Estabelecimento de cooperação técnica entre o Estado do Mato Grosso e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade para a continuidade da implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia

DECRETO 034/2022

AC

EXEC

DESASTRES

Declara situação de emergência nas áreas do município afetadas por inundação 12100, conforme IN/MDR 36/2020.

DECRETO 11.023/2022

AC

EXEC

DESASTRES

Declara Situação de Emergência nas áreas dos Municípios afetados pelas inundações.

PORTARIA 16/2022

AC

EXEC

TERRAS

Fica instituído o cronograma de atividades vinculadas à Regularização Fundiária

DESTAQUES DE MARÇO

Executivo

MATO GROSSO • TEMA: BIODIVERSIDADE

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº. 4/2022

O Mato Grosso anunciou **cooperação técnica** entre o estado e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT), para a continuidade da implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA. O documento tem validade até março de 2027.

Legislativo

RONDÔNIA • TEMA: PESCA

Projeto de Lei Ordinária nº 1569 de 2022

Considerado espécie exótica para o Vale do Guaporé, o pirarucu, um dos maiores peixes de água doce do mundo dominou a bacia hidrográfica e gerou polêmica para a economia pesqueira e a legislação estadual que desde 2011 proibia a pesca profissional. O **projeto de lei do deputado Lebrão (MDB)** quer alterar a regra e liberar a captura profissional sob a justificativa de superpopulação de pirarucu (*Arapaima gigas*). O mesmo vale para casos em que outras espécies exóticas se proliferam de forma desordenada. A medida visa à erradicação desses peixes e o re-equilíbrio da fauna aquática nativa. Porém, na Bacia Amazônica, o pirarucu é considerado sob ameaça de extinção.

DESTAQUES DE FEVEREIRO

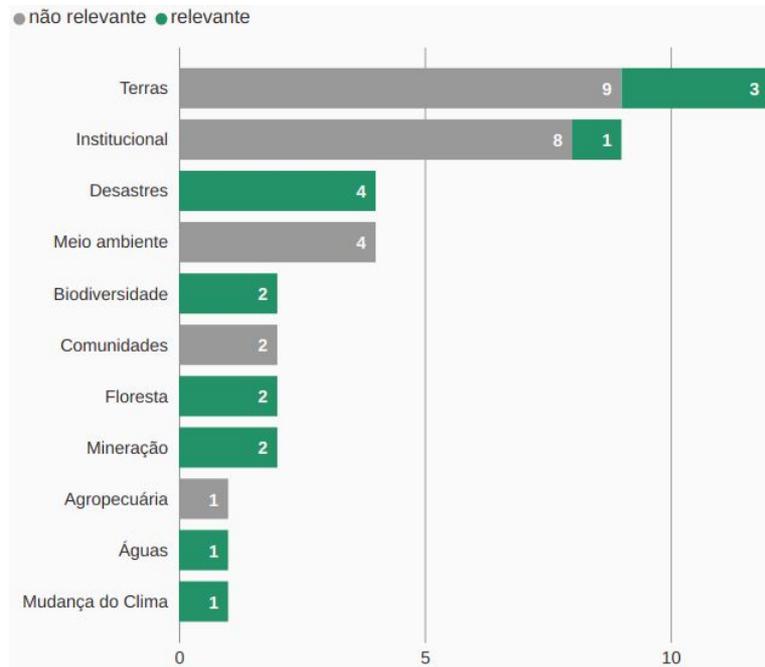
Executivo

ACRE • TEMA: DESASTRES

Decreto nº 034, de 23 de março de 2022/ Decreto nº 11.023, de 24 de março de 2022

A prefeitura de Tarauacá decretou situação de emergência na última semana de março. A intensa precipitação transbordou rios, causando alagamentos e impacto na infraestrutura, afetando a distribuição de energia e o abastecimento de água. O decreto autoriza a convocação de voluntários, arrecadações e ações da defesa civil.

O governo estadual também **decretou situação de emergência** abrangendo os municípios de Feijó, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, Jordão e Cruzeiro do Sul, além de Tarauacá, todos devido às inundações e transbordamento de rios com cenário de população desalojada. O Rio Acre ultrapassou o limite de volume de água na capital Rio Branco, atingiu pelo menos quatro bairros e deixou mais de 120 desabrigados. Cerca de 3 mil famílias foram lesadas pela enchente.



Acesse o **balanço mensal do Foco Amazônia na íntegra**

A black and white photograph of a large, dark stone sculpture, possibly a monument, set against a dramatic sky filled with clouds. A bright sunburst effect is visible behind the sculpture, creating a strong contrast and highlighting its silhouette. The overall mood is contemplative and powerful.

TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

FOTO: DORIVAN MARINHO/SCO/STF

BRASIL

Governo federal

Dando prosseguimento às tendências observadas no primeiro trimestre, o Governo Federal deve ainda enfatizar sua atuação em relação a: **fertilizantes, mineração em terras indígenas, mudança do clima, combustíveis e biodiversidade** – pautas que se interrelacionam em diversos pontos.

Após a publicação do **Plano Nacional de Fertilizantes** ([Decreto Federal 10.991/2022](#)), importante acompanhar a divulgação de suas metas específicas por parte do Confert.

Enquanto articula a tramitação do PL 191/2020 (mineração em terras indígenas) na Câmara, o governo prepara proposta sobre mineração em faixa de fronteira.

Na pauta climática, há expectativa de divulgação da atualização da **NDC brasileira**, já enviada à UNFCCC. Elaborada sem participação da sociedade, deve manter o ponto crítico da atualização feita em 2020: não ter metas climáticas mais ambiciosas por permitir mais emissões do que o compromisso depositado em 2016. Também deve ser divulgada a minuta da **revisão da PNMC**, nos termos das discussões ocorridas no âmbito da CIMV e buscando remover a responsabilidade pelo cumprimento das metas até 2020.

Além disso, abril será um mês de preparativos e “balões de ensaio” até o evento **Mercado Global de Carbono – Oportunidades Verdes**, organizado pelo MMA, em maio. Expectativa para anúncios envolvendo o **BNDES**.

BRASIL

Congresso Nacional

Aumenta a pressão sobre o Senado, uma vez que, na Câmara, a aprovação da urgência do PL 191/2020 (mineração em terras indígenas) mostrou alinhamento mais fácil ao Planalto. Aliás, há grande possibilidade de votação da proposta pelos deputados em pleno Abril Indígena.

Além disso, permanece a perspectiva delineada na última Análise Mensal de votação de: regularização fundiária; licenciamento ambiental; marco legal do setor elétrico (com urgência); e combustíveis.

Judiciário

No Supremo Tribunal Federal (STF), as sessões de abril se iniciam com a continuidade das análises das sete ações relacionadas às pautas climática e socioambiental. A ministra Cármen Lúcia deve proferir seu voto, cuja argumentação já é considerada uma histórica defesa do direito ambiental brasileiro. Há perspectiva de que importantes decisões sejam tomadas nas próximas semanas, mas não se pode descartar um pedido de vistas protelando o que já não se pode protelar em tempos de emergência climática.

BRASIL

Eleições

- **Lula** (41% intenção dos votos): no Twitter afirmou que em seu possível governo não haverá garimpo em terras indígenas, falou do aumento dos combustíveis e que a discussão econômica deve estar atrelada à questão climática.
- **Bolsonaro** (32%): continuou articulando pelo **PL 191/2020**, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta a exploração de recursos em terras indígenas enquanto comemorou ações de fiscalização na TI Yanomami em 2021.
- **Ciro** (7%): no Twitter defendeu o **Ato pela Terra** e criticou a política de preços dos combustíveis da Petrobras.
- **Moro** (6%): saiu do Podemos e se filiou à União Brasil. Afirmou que **desiste da candidatura à presidência “neste momento”**, mas o **momento passou**.
- **Doria** (3%): nos último dia do mês, Doria **sinalizou desistência da corrida presidencial** e depois **desistiu de desistir**. No Twitter advogou contra intervenção na política de preços da Petrobras e comemorou a concessão de parques estaduais. Apresentou o **programa Pró Veículo Verde**, que incentiva a produção de carros híbridos ou movidos a combustíveis verdes.

NO RADAR - NACIONAL E INTERNACIONAL

Agenda 2022

- ✓ 3 de março a 1º de abril: Eleições - janela partidária (troca de siglas sem perda de mandato)
- ✓ 7 a 18 de março: 4a Sessão da Intergovernmental Conference on Marine Biodiversity of Areas Beyond National Jurisdiction - BBNJ, Nova York, ONU
- ✓ 13 a 29 de março: Reuniões preparatórias para a COP15 da CDB (**SBSTTA 24, SBI 3 e WG2020 3**), Genebra, Suíça
- ✓ 4 de Abril: IPCC - Publicação do Relatório do **Grupo III** (sobre mitigação)
- ❑ 5 de Abril: Eleições 2022 - Prazo final da desincompatibilização de candidatos que ocupam cargos públicos (incluído ministros e governadores)
- ❑ 2 a 3 de Junho: **Estocolmo +50**
- ❑ 6 a 16 de Junho: UNFCCC - Negociações intersessionais, incluindo:
 - ❑ Diálogos de Glasgow sobre Perdas e Danos (SB56)
 - ❑ **Diálogo SBSTA Ocean and Climate Change**
- ❑ 23 de Junho - STF - Julgamento do caso do 'marco temporal' relativo a terras indígenas
- ❑ 26 a 28 de Junho: G7 - Cúpula
- ❑ 27 de Junho a 1º de Julho: **Oceano** - II Conferência da ONU, Lisboa, Portugal
- ❑ 1º de julho - Entra em vigor a **Resolução CMN nº 4.945/2021**, que obriga instituições financeiras a estabelecer a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
- ❑ 20 de julho a 5 de agosto: Eleições - convenções partidárias
- ❑ Julho a setembro: COP15 CDB em **Kunming, China** (ainda sem data definida)
- ❑ A partir de 16 de Agosto: Eleições - início da propaganda eleitoral
- ❑ 1 de Setembro: IPCC - **6o Relatório de Avaliação** (AR6 - consolidado)
- ❑ 13 a 20 de Setembro: 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque
- ❑ 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- ❑ 17 a 19 de Outubro: Rio+30 com foco em Cidades
- ❑ 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- ❑ 7 a 18 de Novembro - COP27 em Sharm El Sheik, Egito



**política
por inteiro**

Termos de uso

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Contato

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative